

Acertar o passo

Publicação: [O Mundo em Português Nº57](#)

Data de Publicação: Novembro/Dezembro de 2004

Autor: Luís Silva

Dançará a Turquia ao ritmo europeu? Soli Özel, professor da Universidade de Bilgi, responde afirmativamente a esta questão no seu ensaio *Dancing to the End*, publicado recentemente pela rede EuroMeSCo. «Quando a União Europeia e os seus membros enfrentam finalmente o desafio sobre o que fazer com a Turquia, a opinião pública turca já desenvolveu uma consciência colectiva» escreve o professor. «(...) A incerteza dos Estados membros da UE é resultado da inesperada vaga de fervor reformista na Turquia. Ao adoptar reformas críticas e difíceis para cumprir os critérios políticos de Copenhaga, os governos turcos dos últimos três anos deram importantes passos para que o seu país cumprisse as regas necessárias para se tornar membro da UE». O autor rejeita a ideia de uma «parceria privilegiada», sugerida pelos democratas-cristãos alemães, realçando que uma decisão que não conceda à Turquia a possibilidade de encetar negociações para a adesão provocaria a paralisia de Ancara e levaria, simultaneamente, a uma perda de credibilidade da União, que seria vista como um actor internacional que não cumpre as suas promessas.

Os argumentos e os contra-argumentos

«Ao tornar-se um exemplo de um Estado moderno, secular e democrático, compatível com a tradição muçulmana, a Turquia pode contribuir para aliviar as tensões entre os dois lados da denominada divisão civilizacional. A adesão turca à UE, por sua vez, seria prova da inclusão multicultural da União» escreve Özel. E acrescenta: «A Turquia tomou uma decisão histórica, ousada e sem precedentes, para fazer parte da moderna civilização europeia (...). Isto foi reconhecido quando ela se tornou membro fundador do Conselho da Europa e da Aliança Atlântica». A questão cultural da integração dos cerca de 14 milhões de muçulmanos que vivem na UE, diz Soli Özel, deve ser encarada «realisticamente e sem preconceitos» e vem realçar que o problema identitário da União já está hoje presente dentro das suas fronteiras. O autor reconhece que a integração de um país maioritariamente muçulmano reforça o carácter multicultural europeu, que

provém dos ideais do iluminismo, do liberalismo e da democracia, ideais que a Turquia se comprometeu a proteger. «Finalmente, quanto ao argumento de que a adesão turca conduziria à abertura da União a Marrocos, à Ucrânia ou até à Rússia, ele é irrelevante dado que nenhum destes países possui um corpo vinculativo de acordos com Bruxelas ou decisões que confirmam uma elegibilidade para a adesão. Na realidade, a questão da elegibilidade turca foi decidida em 1963 com o Tratado de Ancara».

Özel advoga que a questão da dimensão da Turquia é a mais pertinente preocupação. Se, eventualmente, a Turquia aderir à UE será o país com maior população, com tudo o que a dimensão implica para os equilíbrios intra-europeus. Existe, ainda, a dificuldade acrescida do profundo descontentamento da opinião pública dos 15 Estados membros da UE relativamente ao recente alargamento e à precariedade do futuro da Constituição Europeia. De facto, alguns opositores à adesão turca tornariam refém a questão da Constituição se a União prosseguisse com as negociações. Por outro lado, o número dos que acreditam que apenas um choque traumático, como a adesão da Turquia, poderia abalar as estruturas rígidas da UE, tem aumentado rapidamente. Os que subscrevem esta opinião acreditam que o desafio turco pode abrir caminho para a necessária reforma organizacional, orçamental e administrativa.

Um percurso inevitável

Com a aproximação do Conselho Europeu, que irá decidir, ou não, o início das negociações de adesão, o autor sublinha que a Turquia promulgou quase toda a legislação necessária para qualificar-se para o efeito. O rumo está traçado e o país percorreu um longo caminho, defende Soli Özel. Dentro de pouco tempo, conclui, «será evidente se a União Europeia continua tão comprometida com as suas promessas e com o mútuo benefício da modernização e da democratização. O que é certo, a qualquer nível, é que perante as actuais condições uma decisão racional terá que ditar a continuação do processo entre as partes».